



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo - Fundamentos do Serviço Social)

A formação profissional no Serviço Social: da emergência da profissão as inflexões do pensamento pós-moderno

Francisco Alyson de Lima Silva¹
José Leandro Alves Ferreira²

Resumo: Este artigo é parte dos nossos objetos de estudo na pós-graduação, em nível de mestrado, na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Trata do processo formativo do /a assistente social, considerando a sua trajetória histórica até os dias atuais, com a interferência do pensamento pós-moderno. Metodologicamente ancora-se no método crítico dialético de Marx, que possibilita apreender o objeto de estudo na sua essência, ou seja, como concreto pensado. Assim, neste artigo buscaremos realizar uma breve recuperação histórica da formação em Serviço Social, ressaltando sua emergência e na atualidade as inflexões do ideário pós-moderno.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Pós-modernidade.

Abstract: This article is part of our objects of study in postgraduate studies, at the master's level, at the State University of Paraíba - UEPB. It deals with the training process of the social worker, considering its historical trajectory until the present day, with the interference of post-modern thinking. Methodologically, it is anchored in Marx's dialectical critical method, which makes it possible to grasp the object of study in its essence, that is, as a concrete thought. Thus, in this article we will seek to carry out a brief historical recovery of training in Social Work, highlighting its emergence and currently the inflections of postmodern ideas.

Keywords: Professional Training; Social service; Post-modernity.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social no Brasil tem sua gênese no contexto do capitalismo monopolista, atendendo aos interesses do Estado, da classe dominante e da Igreja Católica, responsável pela formação dos primeiros profissionais e imprimindo assim um caráter conservador que vai perdurar predominantemente até meados da década de 1960, momento em que a

¹ Mestrando em Serviço Social (PPGSS), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), francisco.alyson@aluno.uepb.edu.br

² Mestrando em Serviço Social (PPGSS), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), jose.leandro.ferreira@aluno.uepb.edu.br



profissão vivenciou inquietações e questionamentos a sua direção, no bojo do Movimento de Reconceituação na América Latina. Neste processo histórico, o Serviço Social brasileiro caminhou em direção ao rompimento com o lastro conservador, impulsionado pelas lutas sociais e conquistas da classe trabalhadora, tendo como expressão emblemática o “Congresso da Virada”, realizado em 1979, em São Paulo.

Assim, a formação profissional no Serviço Social inicialmente estava atrelada a Igreja Católica, visando promover o bem comum, fazer caridade e, assim, manter a ordem vigente naquele período. Atualmente, após fortes lutas da categoria profissional encontra-se alicerçada na perspectiva crítica, que defende uma formação que forme um perfil de profissional capaz de apreender o movimento da realidade e propor respostas profissionais que atendam aos interesses dos usuários.

Desta forma, buscaremos realizar uma revisão de literatura que trate com rigor os elementos constituintes do objeto de estudo. Sendo assim, este artigo busca contribuir para a construção do conhecimento sobre a formação profissional em Serviço Social, a partir da perspectiva marxiana que requer aproximações sucessivas ao objeto, buscando, logo, apreender a realidade concreta em sua complexidade, indo da aparência à essência do fenômeno pesquisado.

O presente artigo está estruturado em três partes, além desta breve introdução e de uma conclusão aproximativa, seguida das referências bibliográficas utilizadas. Na primeira parte discorreremos sobre a emergência do Serviço Social brasileiro, a formação profissional e a incursão conservadora sobre a profissão e sua intenção de ruptura no amplo processo do Movimento de Reconceituação. Na segunda parte trataremos do projeto de formação profissional a partir da construção do projeto ético-político, bem como, o amadurecimento intelectual da profissão e a luta pela sua consolidação e hegemonia. Na terceira parte, por fim, apresentaremos como as inflexões do pensamento pós-moderno tensiona a direção do projeto de profissão hegemônico no Serviço Social.

2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

No processo histórico que permeia a constituição do Serviço Social brasileiro, é necessário considerar a perspectiva de totalidade das relações sociais na sociedade, como aponta Yasbek *apud* Guerra (2018, p. 49) “uma totalidade em permanente movimento de reelaboração”, posto que a realidade está em constante movimento. Lukács (1978) afirma que a essência das categorias no método materialista histórico dialético correspondem ao



reflexo da realidade, que deve ser confirmado na práxis humana, para se tornarem categorias lógicas. Ainda sobre a perspectiva de totalidade, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 79) ressaltam que “a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, etc., como também na profissão”.

O Serviço Social no Brasil emerge no contexto do capitalismo monopolista, vinculado aos interesses do Estado e da classe dominante, estando fortemente vinculado às iniciativas da Igreja Católica, responsável pela formação dos primeiros profissionais e imprimindo assim um caráter conservador, conforme dito anteriormente. De acordo com Ribeiro (2016, p.123) a formação dos primeiros Assistentes Sociais, orientava-se pelos princípios da Igreja Católica, a com influência da Filosofia de São Tomás de Aquino (neotomismo) “o que fundamentava postulados e princípios operacionais do Serviço Social, para a intervenção naquela realidade”. Somava-se a esse caráter religioso a influência das ciências sociais em específico do positivismo, junção esta que garantia a manutenção do *status-quo*, disseminando um conformismo nos trabalhadores para que estes tomassem para si mesmo a responsabilidade de serem pobres.

A emergência do Serviço Social como profissão encontra-se descrita em Netto (2011, p. 74) “enquanto profissão, o Serviço Social é indissociável da ordem monopólica - ele cria e funda a profissionalidade do Serviço Social”, no contexto do capitalismo monopolista essa atuação profissional encontra-se direcionada a uma polarização de interesses de classes sendo que a classe dominante tende a deter uma maior condição de atender as suas necessidades e o profissional:

“Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.81).

É considerando este contexto que Iamamoto (2015, p. 27) comenta que “o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho”, e que Yasbek *apud* Guerra (2018, p. 50) ratifica com sendo “a questão social [...] “matéria-prima” e justificativa da constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e como área de construção do conhecimento”.

Em síntese, desde o seu surgimento que o Serviço Social brasileiro recebe influência do pensamento baseado na Doutrina Social da Igreja Católica, alicerçando suas bases no ideário franco-belga, bem como, no Tomismo e Neotomismo de São Tomás de Aquino, que imprime um caráter conservador voltado ao discipulado na formação dos primeiros



profissionais, na qual a questão social é entendida como um problema moral, de responsabilidade individual, resultado dos desajustes da sociedade.

Assim, podemos dizer que o conservadorismo encontra-se presente desde a gênese da profissão e a formação dos primeiros profissionais, perdurando até meados da década de 1960, momento no qual a profissão passa por inquietações e questionamentos da sua direção, conforme já dito. No campo legal, o Serviço Social avança por meio da Lei nº 1889, de 13 de junho de 1953, que dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social e sua estruturação, sendo regulamento por meio do Decreto nº 35.311, de 08 de abril de 1954. Também a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social, sendo regulamentada pelo Decreto 994, de 15 de maio de 1962. O período que segue é de ampliação da inserção profissional a partir da reformulação nas estruturas do Estado. Para Netto (2015, p. 160)

Esta reformulação foi tanto *organizacional* quanto *funcional*: não implicou só um complexificação (a que correspondeu uma vaga de burocratização) dos aparatos em que se inseriam os profissionais; acarretou, igualmente, uma diferenciação e uma especialização das próprias atividades dos assistente sociais, decorrentes quer do elenco mais amplo das políticas sociais, quer das próprias sequelas do “modelo econômico.

Essas mudanças desencadeia o que Netto (2015, p. 179) chama de “erosão do Serviço Social Tradicional”, exigindo assim uma mudança também no perfil que estava sendo formado, de modo que se fazia necessária uma “refuncionalização” na formação dos assistentes sociais indo de encontro ao rompimento com as bases que permeavam a formação desde a emergência da profissão, e requisitando uma ampliação da oferta da formação, ocasionando “a inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário”. No decorrer do tempo em que vigorou a “autocracia burguesa”, o Serviço Social acumulou elementos dentre os quais se destaca a laicização e a aproximação ao marxismo, que oxigenou a disputa pela hegemonia em todas as instâncias profissionais.

No bojo do Movimento de Reconceituação, configura-se uma primeira aproximação ao marxismo, conforme aponta Guerra (2004). Essa aproximação inicialmente se deu de forma “enviesada”, o que Yasbek *apud* Guerra (2018, p. 65) situa como uma “apropriação de abordagens reducionistas dos marxismos de manuais”, sendo este “um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão”, postura esta que se modificou a partir da publicação do livro “Relações Sociais e Serviço Social”, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, considerado uma referência para a profissão.

O Movimento de Reconceituação, nas palavras de Netto (2005, p. 6), “constituiu um marco inarredável e incontornável da história do Serviço Social latino-americano”. A segunda metade dos anos de 1960 marcou na maioria dos países em que o Serviço Social



já se institucionalizara como profissão, uma conjuntura de profunda erosão de suas práticas tradicionais, pois a prática empirista, paliativa, burocratizada do serviço social tradicional era orientada pela ética liberal burguesa que buscava enfrentar a "questão social" sobre indivíduos e grupos pautada no arranjo capitalista.

Neste processo histórico, o serviço social brasileiro na sua luta pelo rompimento com o lastro conservador e ancorado pelas lutas sociais e conquistas da classe trabalhadora, faz frente à conjuntura de repressão instaurada pela ditadura militar, ao lado de lutas pela democracia e liberdade, contra a tortura, o autoritarismo, o conservadorismo e as diversas formas de opressão, censura e violência. É neste contexto de efervescência política, que ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, intitulado "Congresso da Virada", conforme já dito anteriormente. Para Silva (2019, p.18),

O "Congresso da Virada" tornou-se um marco histórico ao revestir-se em significado político e profissional para o Serviço Social (Bravo, 2009), repercutindo na formação/trabalho profissional, organização política da categoria, na pesquisa/produção de conhecimento, na construção do que a categoria profissional denomina de Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Segundo a autora supracitada a partir do citado "Congresso da Virada", se processa uma busca pela hegemonia na direção sociopolítica do projeto profissional, o que Netto (2015, p. 206), intitulou como "intenção de ruptura". Nesta direção, de acordo com Guerra (2018, p. 26) se apresenta "a consolidação de um projeto de formação que se expressa nas diretrizes curriculares" e que se encontra permeado por um campo de disputa de projetos societários.

3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERVISÃO DE ESTÁGIO: A CONSOLIDAÇÃO DA DIREÇÃO SOCIAL HEGEMÔNICA

Os ventos que impulsionaram o Movimento de Reconceituação, e que fizeram com que o Serviço Social buscasse avançar na perspectiva do seu processo de revisão crítica, se aproximando da tradição marxista, proporcionou a construção de novos caminhos para o Serviço Social. Como apontado por Iamamoto (2015, p. 209) se buscou "a reestruturação da formação profissional, articulando ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da Universidade o exercício da crítica, do debate, da produção criadora de conhecimentos".

A ABESS esteve à frente do processo de reformulação dos currículos mínimos ao que hoje chamamos de Diretrizes Curriculares. Essa mudança teve início na década de 1980, se configurando como nova proposta que rompeu buscou romper com o conservadorismo e uma aproximação qualificada com o marxismo. A formação profissional dos /das assistentes sociais seguem as orientações das Diretrizes Curriculares, as quais



abrem uma nova história no processo formativo visando enfrentar os desafios colocados pelas expressões da questão social.

De acordo com Iamamoto (2014, p. 616) “a proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais”. O processo coletivo de revisão curricular entre 1994 e 1996 exigiu muito esforço das entidades da categoria para que fosse aprovada pelas instâncias governamentais a proposta construída a muitas mãos, e que ao ser aprovada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), sofreu modificações no seu texto original, gerando prejuízos para o projeto de formação nela contido. Segundo Lemos (2019, p. 85), as Diretrizes elaboradas pela categoria profissional “conjuga o necessário rigor teórico-metodológico na análise e intervenção na realidade social”. No ano de 1999 uma Comissão de Especialistas do Serviço Social revisou o texto aprovado em 1996, dando origem ao texto final das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, referenciado e legitimado pela categoria.

Assim, a formação profissional no Serviço Social, de acordo com Guerra (2018, p. 25) necessita de um perfil profissional “que seja capaz de responder aos dilemas da atualidade”. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1999) preconizam uma formação profissional que viabilize permanente capacitação como requisito fundamental para o exercício profissional o qual envolve as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade.

Tendo uma direção construída a partir das necessidades indicadas pelas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1999) que apontam para uma formação constituída por um conjunto de conhecimentos que se expressam nos “núcleos de fundamentos teórico-metodológico, de formação sócio-histórica e do trabalho profissional” (ABEPSS, 1999) e entender a articulação necessária entre formação e exercício profissional. Conforme Ribeiro *in* Forti e Guerra (2016, p. 131) “[...] é no núcleo de fundamentos do trabalho profissional que se situa o estágio” sendo perpassado pelos demais núcleos de forma articulada, sendo assim um “elemento articulador”.

O projeto de formação propõe, assim, uma lógica curricular centrada na concepção de ensino-aprendizagem que rompe com a “educação bancária”, conservadora e de “doses homeopáticas” de conhecimentos a partir de conteúdos dialeticamente organizados de modo dinâmico e flexível em três núcleos de fundamentação. Está estruturado em uma perspectiva de totalidade, com o objetivo de romper com a fragmentação no conjunto das disciplinas e matérias [...] (CAPUTI, 2021, p. 60).

Nesse sentido, considerando o processo de construção do projeto ético-político é relevante destacar o amadurecimento intelectual tanto na produção de conhecimento, na



organização política etc, quanto na elaboração dos marcos legais da profissão. Podemos ressaltar a elaboração do Código de Ética de 1993, que se coloca de acordo com Barroco e Terra (2012, p. 35) como “um instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico”.

A formação profissional de qualidade encontra inúmeros desafios, sendo necessário a existência de um espaço formativo privilegiado com um acompanhamento pedagógico, que garanta a participação na vida acadêmica e nos movimentos sociais, é necessário também acompanhar de perto as nuances dessa formação, onde constatam-se as inúmeras irregularidades que exigem ações diretas dos Conselhos para coibir este tipo de oferta, ou seja, de cursos sem condições mínimas de funcionamento. O CRESS/PB³ alertou em nota para uma realidade que se concretiza diuturnamente, a oferta de cursos irregulares baseados numa “educação aligeirada, sem autonomia político-acadêmica e voltada apenas para preparação para o mercado não é compatível com o perfil profissional que se quer formar” onde “não obstante a autorização da oferta da formação em Serviço Social nessas condições em nosso Estado, muitos cursos ainda têm sido oferecidos de forma irregular”, essa situação gera um número de egressos prejudicados pela “facilidade do acesso”, mas acompanhado pelos prejuízos de ordem financeira, intelectual, física e moral (CRESS/PB, 2019).

A Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010) construída coletivamente e motivada pela defesa do projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996, constitui-se enquanto instrumento de luta contra a precarização do ensino superior, ratificando que o Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social se configura, como “instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do/a estudante”, compreendendo também a dimensão política da supervisão na relação com a categoria profissional (ABEPSS, o CFESS/CRESS e a ENESSO).

De acordo com Abreu (2016, p. 247) “a ABEPSS tem se posicionado criticamente em relação a várias medidas da política de educação que colidem com o projeto de formação sustentando pela perspectiva de [...] educação emancipadora” com isso a entidade é considerada guardiã do projeto hegemônico alicerçado no pensamento crítico e que se põe na luta como classe trabalhadora, na constante vigia ao avanço do conservadorismo. As entidades representativas da categoria (ABEPSS, CFESS-CRESS e a ENESSO) assumem

³ CRESS/PB. NOTA SOBRE A OFERTA DE CURSOS IRREGULARES DE SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DA PARAÍBA (31 de agosto de 2019) Comissão de Formação e Trabalho Profissional do CRESS – Paraíba. Disponível em <https://www.facebook.com/paraibacress/posts/2615385601817148> Acesso em 18/10/2019



a bandeira de luta por uma formação de qualidade e sua preocupação frente à ofensiva de mercantilização da educação, estratégia do capital para superar a crise que vem se arrastando desde a década de 70.

No que diz respeito à modalidade de ensino a Distância (EAD), as entidades reafirmam que “seguem denunciando a mercantilização da educação e desmascarando a falácia da ‘democratização do ensino’ que conduz a uma política que reforça as desigualdades sociais e regionais do país” (CFESS, 2014, p.8).

Tendência essa que pode ser observada a partir de dados recentes extraídos do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior (IES) / Cadastro e-MEC, que indicam atualmente a existência de 627 IES com oferta de curso de graduação em Serviço Social, distribuindo-se da seguinte forma: 72 são públicas e 555 são privadas, significando assim que 73,34% dos cursos de Serviço Social são oferecidos por instituições privadas. Do total de 627 IES que ofertam o curso de Serviço Social, 472 ofertam na modalidade presencial e 155 na modalidade à distância. Porém, os dados merecem uma comparação no quantitativo de vagas oferecidas. As IES na modalidade presencial são responsáveis por oferecer 44.701 vagas, enquanto que as IES na modalidade a distancia são responsáveis por 209.493 vagas.

Diante disto podemos ressaltar que atualmente o estágio supervisionado se constitui um grande desafio tanto para docentes supervisores acadêmicos e supervisores de campo, como também para os estagiários. Faz-se necessário buscar estratégias que viabilizem um estágio e um processo de supervisão conforme as Diretrizes Curriculares de 1996 (ABEPSS, 1996/2000), PNE (ABEPSS, 2010), e a Resolução n.533 (CFESS,2008), além da Lei Geral de Estágio nº 11.788/2008, capazes de suprir as necessidades da formação profissional destes futuros profissionais.

Segundo Lewgoy (2010, p.165) “[...] a supervisão de estágio é canal de ligação entre as disciplinas e os campos de estágio, na medida em que privilegia a análise conjuntural de processos sociais [...]” e com isso se requer dos supervisores uma busca constante de atualização e de capacitação profissional para suprir esta necessidade. A imagem ideal da profissão é baseada a partir dos instrumentos normativos que materializam o projeto ético político do Serviço Social - Diretrizes Curriculares da ABEPSS, Código de Ética Profissional de 1993 e Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) -, tais instrumentos expressam a requisição de um determinado de perfil profissional, ou seja, crítico, reflexivo, propositivo alinhando com a classe trabalhadora na luta por direitos, capaz de apreender as múltiplas expressões da questão social, atuando, assim, em consonância com o projeto profissional posto.

Buscando sintonizar toda a construção da formação com a história presente, nos alerta Guerra (1997) “não obstante os avanços da profissão, [...] não se pode perder de vista



que estamos diante de um contexto regressivo que faz retrocederem as conquistas democráticas, no qual germinam e se afirmam tendências neoconservadoras”. Nesta seara, é precisa ter clareza que tais tendências encontram terreno fértil no Serviço Social, a exemplo da aproximação ao pensamento pós-moderno. Santos (2007) destaca que “o serviço social, por sua vez, tem no conservadorismo um elemento central da sua constituição ideo-teórica e histórica” e que se soma a deslegitimação da vertente crítico-dialética e conseqüente ataque ao projeto ético-político-profissional.

O saldo positivo para o Serviço Social adquirido na década de 1980 e notadamente marcado por uma direção crítica que remete ao processo de ruptura com o conservadorismo não extinguiu por completo a parcela da categoria profissional de viés conservador e que de acordo com Netto (2003) “o conservadorismo nos meios profissionais tem raízes profundas e se engana quem o supuser residual”. Nesse cenário se apresenta um questionamento da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social, onde

[...] essa hegemonia teórico-política na profissão será questionada ainda nos anos 1990 dadas duas ordens de questões, que articuladas conformaram um cenário regressivo tanto do ponto de vista político-econômico quanto sociocultural. Os que, por um lado, impunham à profissão novas requisições e grandes desafios, e, de outro, passavam a reanimar e reagrupar correntes conservadoras que persistiam no interior da profissão (CANTALICE, 2016, p. 247).

Esse reagrupamento de correntes conservadoras resulta no que Netto (2003, p. 118) denomina de “alianças entre as tendências conservadoras da profissão e o neoconservadorismo pós-moderno”, pois “a recusa pós-moderna da metanarrativa, da macroteoria, da categoria da totalidade etc, vem ao encontro do conservadorismo profissional, que privilegia o microssocial, no máximo as ‘teorias de médio alcance’”.

4. AS INFLEXÕES DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL

A pós-modernidade surge como uma crítica à modernidade, como um projeto de sociedade de crítica ao tradicionalismo. Destacamos aqui que o projeto da modernidade não é algo consensual, há vários projetos dentro da modernidade, sendo dois principais; o pensamento formal abstrato e pensamento crítico-dialético. As revoluções que ocorreram em 1848 fez-se entender que os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, colocados pela burguesia, na Revolução Francesa se concretizariam a partir da revolução do proletariado, incorrendo em cisões entre as classes do projeto da modernidade. Essa cisão entre classes põe o projeto da modernidade em disputa, no qual, o formal-abstrato torna-se o projeto da burguesia enquanto classe conservadora e o projeto crítico-dialético assumido



pela classe trabalhadora, numa crítica à modernidade. Para Silveira Júnior (2016, p. 170), a “pós-modernidade opera a negação performática do programa de emancipação racional do gênero humano, herdado do século XIX, e que havia sido, até a primeira metade do século XX, fonte de inspiração da luta democrática e socialista”.

A partir do século XX, o capitalismo em sua fase monopolista expande-se pelo mundo, conseqüentemente o projeto da modernidade consolida-se de duas formas: a partir do modelo Fordista de produção e da experiência do socialismo “real” Soviético. Conforme apontamos, os dois projetos da modernidade; o pensamento formal-abstrato e pensamento crítico-dialético começam a programar suas ideias e como elas poderiam ser postas em prática na gestão de uma sociedade.

O Fordismo desenvolve-se a partir da aliança com o Keynesianismo, formando assim o que chamamos de “Estado de bem-estar-social”, sendo este o ápice do projeto da modernidade no que se refere à burguesia e a consolidação do socialismo real, que acontecia em paralelo na União Soviética. No entanto, essas duas experiências da modernidade no século XX, fracassaram, em decorrência da crise do sistema capitalista da década de 1970.

Com a crise do projeto da modernidade, de acordo com Santos (2007, p. 11) “a pós-modernidade surge assim imbrincada à atual crise capitalista e caracteriza-se em oposição às teorias sociais modernas se propondo como uma alternativa à sua ineficiência”, de modo que esse projeto de modernidade não responderia mais aos ideais propostos, sendo necessário construir um novo projeto: a pós-modernidade. A crise econômica de 1970, fez com que seja necessário mudar a forma de produção do sistema capitalista, o modelo fordista de produção em massa para consumo em massa, já não era mais funcional, adotou-se então o Toyotismo, modelo este mais flexível de produção. A mudança do modelo Fordista-Keynesiano, para o Toyotismo emerge a chamada corrente do pensamento pós-moderno, a flexibilização da produção, perpassa outros campos da vida social, das relações sociais. Harvey (1992, p. 145) coloca que “a transformação da estrutura do mercado de trabalho tem como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial”.

O Serviço Social em seu processo de profissionalização e desenvolvimento encontra-se articulado entre as matrizes da razão moderna (razão formal-abstrata e razão crítico-dialética), sendo que a razão formal-abstrata imprime marcas históricas na profissão, como é o caso do conservadorismo. Também o sincretismo aproxima a um conservadorismo pós-moderno. De acordo com Fonseca (2016, p. 202) “com o sincretismo, o pensamento pós-moderno encontra um caminho historicamente delineado para o seu desenvolvimento contemporâneo”.

Conforme aponta Cantalice (2016, p. 249) “as atuais mediações sócio-históricas - dentre elas as elaborações pós-modernas, que disseminam uma peculiar via de leitura do



real e que influenciam amplamente o campo de produção de conhecimento”, deste modo, tensionando a direção social atual hegemônica da profissão. O que visualizamos a partir das implicações da ideologia pós-moderna no Serviço Social é a nítida tendência de confronto com a herança teórico-metodológica marxista, que busca a renúncia da mesma. Nesse cenário, são questionadas as categorias razão dialética, o humanismo, a historicidade, a emancipação e o universalismo.

Esse pensamento pós-moderno questiona e nivela os paradigmas marxista e positivista. Esses questionamentos se voltam contra os diferentes “modelos” explicativos por suas macroabordagens, apontando que nessas macronarrativas são deixados de lado valores e sentimentos fundamentais dos homens, seu imaginário, suas crenças, suas afeições, a beleza, os saberes do cotidiano, os elementos étnicos, religiosos, culturais, e os fragmentos da vida. A abordagem pós-moderna dirige sua crítica a razão, afirmando-se como instrumento de repressão e padronização. [...] ao afirmar a rejeição à ciência, o pensamento pós-moderno rejeita as categorias da razão (da Modernidade) que transformaram os modos de pensar da sociedade [...] (YASBEK apud GUERRA, 2018, p. 76).

A formação profissional é atingida por essa infiltração pós-moderna que busca desarticular o projeto profissional que foi construído vinculado aos interesses da classe trabalhadora na luta por uma transformação societária, incidindo também em uma maior separação dos posicionamentos individualizantes e despolitizadores dentro da profissão. No Serviço Social, a pós-modernidade no campo do conhecimento confronta-se com a tradição marxista, questionando assim a sua validade teórica e da razão dialética, na busca por renunciá-lo ou superá-lo, incorrendo no empobrecimento do debate teórico-metodológico e ético-político da profissão. Incorre aqui que, a pouca apropriação do método crítico dialético fragiliza o já disputado projeto de formação, que abre margem para diversas elaborações pós-modernas. No campo do exercício profissional nos deparamos com a precarização do trabalho, seguidas de demandas que exigem respostas rápidas e que acabam abrindo margem para a dimensão tecnicista e pragmática da profissão, com forte valorização dos instrumentos e técnicas da intervenção profissional (FONSECA, 2016, p. 204).

Este confronto entre direção social do projeto profissional e retomada do conservadorismo a partir das tendências pós-modernas, expressa uma disputa de projetos na sociedade. A realidade tende a nos mostrar que existe em curso contínuo um processo de rebaixamento da qualidade da formação, que resulta na oferta de profissionais técnicos, focalizados, em sintonia com as exigências do mercado. Uma formação que se encontre à luz do pensamento pós-moderno resulta em profissionais com uma capacidade de leitura superficial do real, apenas da aparência, fortalecendo assim o projeto de ordem burguesa.

Mediante esse cenário desafiador e que nos inquieta a refletir, Guerra (2018, p. 39) nos aponta que “se se quer formar assistentes sociais competentes do ponto de vista ético, político e técnico, é preciso destacar o trabalho profissional, permitindo uma formação que apreenda a totalidade das dimensões: teórico-metodológico, ético-política e técnico-



operativa". Deste modo o pensamento pós-moderno não contribui para fomentar de maneira crítica a partir da perspectiva marxista o projeto ético-político da profissão, ao contrário, o pensamento pós-moderno apenas fomenta as estratégias de hegemonia da classe dominante em prol do capital e sua mecânica de ocultação e exploração da força de trabalho das classes subalternas.

5. CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS

Na perspectiva de (não) conclusão, é necessário um maior aprofundamento, que busque compreender como a formação profissional no Serviço Social tem se constituído desde a sua gênese até a contemporaneidade. Compreendemos a partir dessa revisão bibliográfica que o processo histórico que permeia a constituição do serviço social brasileiro desde a Intenção de ruptura está fundado na perspectiva de totalidade das relações sociais.

Desde o seu surgimento o Serviço Social brasileiro recebeu influência do pensamento doutrinário da Igreja Católica imprimindo assim a profissão um caráter conservador que entendia a questão social como algo de ordem moral e individual, resultado dos desajustes da sociedade. Sendo o Movimento de Reconceituação um marco na profissão, e seu legado de aproximações à teoria social crítica e que tem no "Congresso da Virada" maior destaque, culminando em um acúmulo intelectual que se expressa no projeto ético-político-profissional.

Desta forma, buscamos apontar nesse estudo as reflexões iniciais sobre a interferência do pensamento pós-moderno no projeto de formação, e como essa infiltração corrobora para desarticulação do projeto profissional que se encontra vinculado aos interesses da classe trabalhadora na luta pela transformação da ordem social vigente e na defesa de uma formação crítica e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo.** In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016. p. 235-263.

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS.** 26 de fevereiro de 1999. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2019.

_____. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Brasília, ABEPSS, 2010.



BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a Assistente Social comentado**. Organização CFESS. São Paulo, Cortez, 2012.

CANTALICE, Luciana. **O Neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional**. In: Revista Temporalis, ano 16, nº 31. Brasília (DF): ABEPSS, jan/jun. 2016 p. 231-259.

CAPUTI, Lesliane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2021.

CFESS. **Cartilha Estágio Supervisionado: Meia formação não garante um direito**. Conselho Federal de Serviço Social. Gestão Tempo de Luta de Resistência (2011-2014). Brasília – DF, 2014.

FONSECA, Cleomar Campos. **O Projeto de Formação do Serviço Social e as Inflexões do pensamento Pós-Moderno**. Revista Temporalis, ano 16, nº31. Brasília (DF): ABEPSS, jan/jun. 2016. p. 189-218.

GUERRA, Yolanda. **A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos**. In: **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. n. 10. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. p.12-45.

GUERRA, Yolanda org; et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas, Papel Social, 2018.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 120. São Paulo: Cortez, 2014, p. 609-639.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LEMOS, Esther Luíza de Souza. Diretrizes Curriculares *in*: MESQUITA, Andrea Pacheco; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de Menezes. (orgs.) **Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social**. Socialis, Fortaleza, Papel Social, 2019.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2. ed., Cortez, São Paulo, 2010.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**. 2. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O movimento de reconceituação 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 84, São Paulo: Cortez, 2005, p. 5-20.



_____. **Transformações societárias e Serviço Social** – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Ano XVII, nº 50, p. 87-132, abr. 2003.

RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. **O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais**. *In: GUERRA, Y.; FORTI, V. (org.). Serviço Social: temas, textos e contextos*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016, p. 115-140.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. *Coleção Questões de nossa época*; vol 132. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. (Org); **Congresso da virada e o Serviço Social hoje: Reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. *In: Revista Temporalis*, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016, p. 167-187.